



MENSAGEM Nº 41/2020

Câmara Municipal de Pato Branco PROTOCOLO GERAL 797/2020 Data: 15/04/2020 - Horário: 08:29 Legislativo

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O Projeto de Lei que acompanha a presente mensagem solicita autorização legislativa para criação de nova ação, nova fonte e abertura de Crédito Especial no Orçamento Geral do Município no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, junto a Secretaria Municipal de Saúde, recebido através de convênio firmado entre o Município de Pato Branco e a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, através do Termo de Convênio nº 051/2017 para construção da Unidade de Vigilância de Zoonoses de Pato Branco.

A unidade de Vigilância de Zoonoses será composta por Blocos bem definidos. O Primeiro, "Bloco 1", será composto por três áreas, sendo a primeira de acesso publico, a segunda de acesso exclusivo para funcionários e a terceira de acesso restrito, que poderá ter acesso público se for convidado. No Bloco – 1 são projetados os ambientes que no dia a dia tem um fluxo intenso de serviços e atendimento ao público, local geograficamente estratégico no município, que facilita o acesso ao público, à rede cabeamento lógico e de Internet, e sem dúvida o imediato atendimento. O segundo, "Bloco - 2", não fará atendimento ao público e será de uso exclusivo em casos especiais para contenção de animais suspeitos, os quais possam necessitar de isolamento e observação. A sala de vacina é exclusiva para os animais suspeitos que não evoluírem para doençaóbito.

O valor total previsto no convênio está previsto em R\$ 1.328.314,05 (um milhão trezentos e vinte e oito mil, trezentos e quatorze reais e cinco centavos) sendo necessário a contra partida do município no valor de R\$ 328.314,05 (trezentos e vinte e oito mil trezentos e quatorze reais e cinco centavos).

Contando com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, antecipamos

agradecimentos.

Gabinete do Prefeito, 06 de abril de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito





PROJETO DE LEI Nº <u>59</u> /2020

Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2020, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0043	Manutenção da Saúde	1.000.000,00

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

Ação	Especificação					Valor R\$
2.333	Implantação e Zoonoses	Manutenção	do	Centro	de	1.000.000,00

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a criar nova Ação, abrir nova Fonte e abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 126.634,29 (Cento e vinte e sei mil seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e nove centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.04	VIGILANCIA EM SAUDE	
10	Saúde	
10.304	Vigilância Sanitária	
10.304.0043	Manutenção da Saúde	
2.333	Implantação e Manutenção do Centro de Zoonoses	
4.4.90.51 - 353	Obras e Instalações	1.000.000,00

Total	1.000.000,00

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte		Valor R\$
353 - Construção Centro de Zoo	1.000.000,00	
-		
Total		1.000.000,00

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTINHO ZUCCHI Prefeito

RUB

Publicado no DIOE

Nº: 10093 em 21/12/17

Página: 13





TERMO DE CONVÊNIO Nº 051/2017

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, CNPJ/MF n.º 76.4 16.866/0001-40, com sede na Rua Piquiri, 170, nesta cidade de Curitiba - Paraná, neste ato representar a pelo Secretário de Estado da Saúde Michele Caputo Neto, portador da Cédula de Identidade/RG nº 3.048.149-6 SESP-PR e do CPF n.º 570.893,709-25, residente e domiciliado nesta capital, de ora em diante Jenominada SESA, e o Município de Pato Branco inscrito no CNPJ nº 76.995.448/0001-54 com sede na Rua Caramuru nº 271 na cidade de Pato Branco, de ora em diante denominado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Augustinho Zucchi portador da Cédula de Identidade nº 1.735.768 SSP/PR e do CPF nº 450.562.939-20, de acordo com o Processo nº 13.146.148-8, com base na Lei n. º 8666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações impostas, Lei Complementar Federal 10 1/2000, Lei Estadual nº 15.608/07, Lei Orçamentária Anual do Estado, Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, celebram o presente Termo de Convênio mediante as Cláusulas e condições a seguir estabeleci las:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este convênio tem por objeto estabelecer as condições de obrigações entre as partes signatárias, cuja finalidade é o repasse de recursos financeiros para cobertura de despesas para Construção da Unidade de Controle de Zoonoses, visando apoiar as ações e serviços de saúde voltados para o atendimento ao SUS na sua área de abrangência, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS

I - A SESA/FUNSAUDE compromete-se a:

1.1 Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;

1.2 Prestar contas e Inserir as informações pertinentes a esse termo de convênic e a sua execução no SIT - Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE - PR, conforme dispõe Instrução Normativa nº 61/2011, Resolução nº 28/2011 e Resolução nº 46/2014 ou outro que venha

Indicar Flávia Costa, CPF nº 050.713.629-29, lotada na 7ª Regional de Strúde de Palo Branco 1.3 para acompanhar e fiscalizar a execução deste convênio e dos recursos reprissados, bem como a forma do acompanhamento, por meio de relatório, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio, supervisionado pela Superintendência de Vigilância em Saude.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

- Abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;
- 2.2 Aplicar os recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde no objeto deste Termo e, em conformidade com o Plano de Trabalho;
- 2.3 Executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo:
- Indicar o engenheiro civil Frederico Demario Pimpão, CREA /PR nº 26495/C, para acompanhar e 2.4 fiscalizar a execução da obra, na forma da legislação orientadora da matéria;
- Na forma dos parágrafos 4º e 6º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21.06 93, o MUNICÍPIO fica 2.5 obrigado a:
 - a) Aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em Iflulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;
 - b) As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, desde que com a devida autorização do Concedente para utilização do recurso da aplicação financeira, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;
 - c) Devolver à Concedente, quando da conclusão, rescisão ou extinção deste convenio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obidas cas aplicações financeiras, no prazo improrrogável de 30 (trinta dias) do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.







2.7 Apresentar quando na formalização da Transferência Voluntária a Certidão Negativa de Débitos expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa expedida pelo INSS, Certidão Negativa de Débitos da SEFA - Secretaria Estadual da Fazenda, Certidão Negativa de Tributos Federais, Certidão Negativa de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais e Certidão Trabalhista e manter atualizadas durante toda execução do Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio, a SESA destinará recursos financeiros provenientes da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde CNPJ nº 08.597.121/0001-74, no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) que serão repassados em 12(doze) parcelas, que correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 47.60.10.305194.434.4440.4200, Fonte do Tesouro do Estado e R\$ 328.314,05 (trezentos e vinte e oito mil, trezentos e quatorze reais e cinco centavos) a título de contrapartida do Município, que será repassado em 12(doze) parcelas, totalizando o valor conveniado em R\$1.328.314,05 (Hum milhão, trezentos e vinte e oito mil, trezentos e quatorze reais e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O Fundo Estadual de Saúde transferirá os recursos previstos na Cláusula Terceira em favor do MUNICÍPIO em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando a liberação dos recursos do Convénio ocor er em mais de uma parcela, a liberação da parcela seguinte ficará condicionada à apresentação da prestação de contas parcial da parcela anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso os recursos repassados pelo Fundo Estadual de Saúde sejam insuficientes para consecução do objeto deste Termo de Convênio a complementação será aportada ao Convênio como contrapartida do Município e deverão ser depositados e utilizados na mesma conta do Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A primeira parcela após a emissão da Ordem de Serviço e as demais parcelas será liberada de acordo com o Cronograma de Desembolso e o Relatório de Vistoria da Obra.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

A título de obrigações legais, fica estabelecido que:

O MUNICÍPIO deverá observar as disposições da Lei Estadual nº 15.608/07.

 Conforme Resolução nº 028/2011 - TCE/PR regulamentada pela Instrução Normativa 61/2011, fica o MUNICÍPIO, dentre outras, obrigado a:

 a) Prestar Contas por meio do SIT (Sistema Integrado de Transferências) do TCE-PR, onde deverá inserir e manter atualizados todas as informações de sua competência exigidas pelo sistema;

- b) Garantir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a entidade concedente, além dos servidores do Tribunal de Contas, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- Movimentar os recursos em conta específica, salvo os casos previstos em lei;

d) Prever a Unidade Gestora de Transferências - UGT;

- III. É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares;
- IV. Não poderão ser pagos, em hipótese alguma, com recursos do Convênio, honorários a dirigente da instituição beneficiada, bem como gratificações, representações e comissões, obedecidas as normas legais que regem a matéria em especial a LC nº 101/2000;
- V. Havendo contratação entre o MUNICÍPIO e terceiros, visando a execução de serviços vinculados ao objeto deste Convênio, tal contratação não implicará solidariedade jurídica à SESA, bem como não configurará vinculo funcional ou empregaticio, nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhados;
- VI. É vedada aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
- VII. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Termo;

VIII. É vedada a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos.

0 /





CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A gestão do convênio deve ser atribuída à SESA, e ao Município que a contratou.

I - Compete ao Fiscal do convênio:

- a) Cuidar para que a documentação do convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até a aprovação da Prestação de Contas;
- b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- c) Acompanhar a execução do convênio, responsabilizando-se pela sua eficácia;
- d) Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do convênio;
- e) Controlar os saldos dos empenhos dos convênios ou instrumentos congêneres;
- f) Prestar quando solicitado, informações sobre a execução do convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade;
- g)Controlar os prazos de Prestação de Contas dos convênios bem como efetuar análises e encaminhar ao ordenador de despesa para aprovação;
- h)Manter o Sistema Integrado de Transferências-SIT do TCE/PR atualizando as informações relacionadas à execução do convênio, cumprimento dos objetivos e elaboração do Termo de Fiscalização:
- i) Zelar pelo cumprimento integral do convênio.

II - Compete ao Fiscal da obra:

- a) Esclarecer prontamente as dúvidas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução da obra ou serviços;
- Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto no contrato;
- d) Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos inclusive decidir provisoriamente a interdição da obra ou serviços;
- e) Conferir e certificar as faturas das obras e serviços de engenharia;
- f) Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada a cada visto la ou medição;
- g) Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos construtivos exigíveis para a perfeita execução da obra pela contratada;
- h) Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- i) Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subempreiteiros, ou próprios subempreiteiros, que a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- j) Manter a pasta da obra atualizada, com projeto básico, alvará, ART's do CREA e/ou CAU referentes aos projetos arquitetônicos e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
- k) Vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
- Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, : se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na obra.
- m) Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
- n) Emitir parecer técnico nos pedidos de aditivos contratuais;
- o) Verificar a correta aplicação dos materiais;
- ρ) Requerer da empresa, testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da obra;
- q) Receber e aprovar o "as built" (como construído", isto é, as anotações e registros nos projetos originais das alterações havidas na execução da obra, quando for o caso, para fins de ordenação do cadastro técnico do órgão contratante como condição de atestar a última fatura;
- r) Compor a Comissão para Recebimento Provisório da Obra, e se designado, a Comissão para Recebimento Definitivo da Obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E ADITIVOS

O presente Convênio terá vigência de 12(doze) meses após assinatura, para cumprimento do Cronograma de Desembolso, Fechamento dos Bimestres, Prestação de Contas Final, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, celebrado de comum acordo entre as partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando necessária a prorrogação de vigência do Convênio, a solicitação deverá ser apresentada com antecedência de 60(sessenta) dias do seu término, accompanhada da devida justificativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo máximo de duração do Termo de Convênio, conforme estabelece o art. 6º da Instrução Normativa 061/2011 do TCE/Pr., considerando todas as prorregações por aditivos, não deverá ultrapassar 48(quarenta e oito meses).

10/







PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO OU ENCERRAMENTO

O presente Convênio será rescindido em caso de:

- 1) Inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível;
- 2) expressa manifestação de qualquer das partes, através de denúncia espontânea a qual devera ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 30 (trinta) d as, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção;

Em qualquer dos casos acima deverá ser lavrado "Termo de Rescisão ou Encerramiento" com as devidas justificavas administrativas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Elege-se o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas fundadas nes e Convênio.

E, por estarem de acordo, firmam o presente termo, em 03 (três) vias de igual t∈or e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 20 de dezembro de 2017.

Michele/Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde/FUNSAUDE

TESTEMUNHAS:





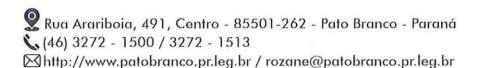
ASSESSORIA CONTÁBIL

Recebi nesta data, na condição de **ASSESSORA CONTÁBIL,** abaixo assinada, conforme estabelece o § 3º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto**

Pato Branco, 18 /4/2020

Márcia Regina Zanoelo

Assessora Contábil







CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



PASI4/2020

ASSESSORIA CONTÁBIL

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 59/2020

Busca o Executivo Municipal, através do **Projeto de Lei nº 59/2020**, obter autorização Legislativa para abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

O Projeto em análise acresce ao orçamento do Município de Pato Branco, dotação orçamentária não existente para o exercício de 2020, dentro da Secretaria Municipal de Saúde que será utilizado para construção da Unidade de Vigilância de Zoonoses de Pato Branco.

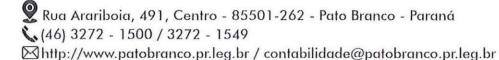
- **4** 08 − SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
- ↓ 08.04 VIGILANCIA EM SAUDE
- ↓ 10.304.0043.2.333 Implantação e Manutenção do Centro de Zoonoses
- ↓ 4.4.90.51 Obras e Instalações
- ↓ Fonte 353

A dotação orçamentária acima citada observa a especificações do Plano de Contas da Despesa para o Orçamento de 2020 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme segue:

4	4	90	51	00	00	00010 0	Despesas com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.
---	---	----	----	----	----	---------	---

A Lei nº. 4320/64 nos artigos 40, 41, inciso II ,42 e 43 tratam dos créditos adicionais especiais que assim expressam:

- Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
 - Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:
- II especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; "
- Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo".
- Art. 43 A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.
- § 1º. Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
 - II os provenientes de excesso de arrecadação.







CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



- § 3º. Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.
- § 4º. Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Como o crédito se relaciona com o orçamento anual as condições básicas para sua abertura é:

- a prévia autorização legislativa e
- a indicação de recursos.

Conforme indicado à cobertura se dará pela utilização de **Excesso de Arrecadação** da Fonte de Recurso Vinculado não prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2020, com base no que disciplina os parágrafos 1º, inciso II e 3º e 4º do art.43 da Lei 4320/64, conforme **Fonte**:

↓ 353 - Construção Centro de Zoonoses - Convênio 051

Analisados os artigos 1º e 2º observamos que os mesmos devem encontrar-se dentro do que preceitua a matéria para a alteração orçamentária sugerida, uma vez que o Executivo deseja compatibilizar o Plano Plurianual - PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020 com a Lei Orçamentária em vigor, observando que as três matérias orçamentárias obrigatoriamente devem estar ajustadas entre si.

Deverá ser observado na redação final o artigo 3º, que se encontra com erro material quanto ao valor indicado para suplementação, sendo valor correto R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

O Projeto se encontra apto a seguir seu tramite normal, em conformidade com as normas que regem a matéria e com legislação específica no que for pertinente bem como com o que preceitua a Lei.

É o parecer S.M.J.

Pato Branco, 15 de abril de 2020.

Márcia Regina Zanoelo CRC-PR Nº. 027.823/0-3

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná
(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1549
⋈http://www.patobranco.pr.leg.br / contabilidade@patobranco.pr.leg.br









COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 59/2020

Autor: Executivo Municipal

Relator: Carlinho Antonio Polazzo - DEM

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal abrir Crédito Especial no exercício de

2020 no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

RELATÓRIO

Através da Mensagem nº 41/2020, o Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei nº 59/2020, o qual busca Autorização Legislativa para abrir Crédito Especial no exercício de 2020 no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Em sua justificativa, o Executivo Municipal argumenta que a referida abertura de crédito especial se dará com recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Tal recurso é proveniente de convênio firmado entre o Município de Pato Branco e a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, através do Termo de Convênio nº 051/2017 para a Construção da Unidade de Vigilância de Zoonoses de Pato Branco.

O valor total previsto no convênio é de R\$ 1.328.314,05 (um milhão, trezentos e vinte e oito mil, trezentos e quatorze reais e cinco centavos), sendo necessária a contra partida do Município no valor de R\$ 328.314,05 (trezentos e vinte e oito mil, trezentos e quatorze reais e cinco centavos).

Pontua ainda o Executivo que a unidade de Vigilância de Zoonoses será composta por blocos bem definidos. O primeiro bloco será composto por três áreas, sendo a primeira de acesso público, a segunda de acesso exclusivo para funcionários e terceira de acesso restrito.

No Bloco 1 serão projetados os ambientes que no dia a dia tem um fluxo intenso de serviços e atendimento ao público, local geograficamente estratégico no município, que facilita o acesso ao público, à rede de cabeamento lógico e de internet, e sem dúvida o imediato atendimento.









O Bloco 2 não fará atendimento ao público e será de uso exclusivo em casos especiais para contenção de animais suspeitos, os quais possam necessitar de isolamento e observação. A sala de vacina é exclusiva para os animais suspeitos que não evoluírem para a doença-óbito.

ANÁLISE

Considerando tratar-se de recurso oriundo de excesso de arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada junto a Secretaria Municipal de Saúde, entedemos que não existem óbices à sua regular tramitação. Este é o mesmo entendimento adotado pela Assessoria Contábil do Legislativo Municipal.

VOTO DO RELATOR

Considerando a análise e argumentação anteriormente exposta, onde evidenciase o grande interesse público, opinamos favoravelmente a tramitação, bem como a aprovação do presente projeto de lei.

Assim, opto por exarar <u>PARECER FAVORÁVEL</u>, a regular tramitação e aprovação da presente matéria.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 17 de abril de 2020.

Carlinho Antonio Polazzo – DEM

Presidente/Relator

Vilmar Maccari - PDT

Membro

José Gilson Feitosa - PT

Membro

Publicado no DIOE

Nº: 10093 em 21 /12 /17

Página: 13







TERMO DE CONVÊNIO Nº 051/2017

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, CNPJ/MF n.º 76.416.866/0001-40, com sede na Rua Piquiri, 170, nesta cidade de Curitiba - Paraná, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Saúde Michele Caputo Neto, portador da Cédula de Identidade/RG nº 3.048.149-6 SESP-PR e do CPF n.º 570.893.709-25, residente e domiciliado nesta capital, de ora em diante denominada SESA, e o Município de Pato Branco inscrito no CNPJ nº 76.995.448/0001-54 com sede na Rua Caramuru nº 271 na cidade de Pato Branco, de ora em diante denominado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Augustinho Zucchi portador da Cédula de Identidade nº 1.735.768 SSP/PR e do CPF nº 450.562.939-20, de acordo com o Processo nº 13.146.148-8, com base na Lei n.º 8666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações impostas, Lei Complementar Federal 101/2000, Lei Estadual nº 15.608/07, Lei Orçamentária Anual do Estado, Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, celebram o presente Termo de Convênio mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este convênio tem por objeto estabelecer as condições de obrigações entre as partes signatárias, cuja finalidade é o repasse de recursos financeiros para cobertura de despesas para Construção da Unidade de Controle de Zoonoses, visando apoiar as ações e serviços de saúde voltados para o atendimento ao SUS na sua área de abrangência, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS COMPROMISSOS

I - A SESA/FUNSAUDE compromete-se a:

- 1.1 Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
- 1.2 Prestar contas e inserir as informações pertinentes a esse termo de convénic e a sua execução no SIT Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE PR, conforme dispõe Instrução Normativa nº 61/2011, Resolução nº 28/2011 e Resolução nº 46/2014 ou outro que venha substituí-las:
- 1.3 Indicar Flávia Costa, CPF nº 050.713.629-29, lotada na 7ª Regional de Saúde de Pato Branco para acompanhar e fiscalizar a execução deste convênio e dos recursos repassados, bem como a forma do acompanhamento, por meio de relatório, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio, supervisionado pela Superintendência de Vigilância em Saúde.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

- 2.1 Abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;
- 2.2 Aplicar os recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde no objeto deste Termo e, em conformidade com o Plano de Trabalho;
- 2.3 Executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo;
- 2.4 Indicar o engenheiro civil Frederico Demario Pimpão, CREA /PR nº 26495/C, para acompanhar e fiscalizar a execução da obra, na forma da legislação orientadora da matéria;
- 2.5 Na forma dos parágrafos 4º e 6º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, o MUNICÍPIO fica obrigado a:
 - a) Aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da divida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;
 - b) As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão obrigato iamente computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, desde que com a devida autorização do Concedente para utilização do recurso da aplicação financeira, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;
 - c) Devolver à Concedente, quando da conclusão, rescisão ou extinção deste convenio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obidas das aplicações financeiras, no prazo improrrogável de 30 (trinta dias) do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

M



2.7 Apresentar quando na formalização da Transferência Voluntária a Certidão Negativa de Débitos expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa expedida pelo INSS, Certidão Negativa de Débitos da SEFA - Secretaria Estadual da Fazenda, Certidão Negativa de Tributos Federais, Certidão Negativa de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais e Certidão Trabalhista e manter atualizadas durante toda execução do Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio, a SESA destinará recursos financeiros provenientes da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde CNPJ nº 08.597.121/0001-74, no valor de RS 1.000.000,00 (hum milhão de reais) que serão repassados em 12(doze) parcelas, que correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 47.60.10.305194.434.4440.4200, Fonte do Tesouro do Estado e R\$ 328.314,05 (trezentos e vinte e oito mil, trezentos e quatorze reais e cinco centavos) a título de contrapartida do Município, que será repassado em 12(doze) parcelas, totalizando o valor conveniado em R\$1.328.314,05 (Hum milhão, trezentos e vinte e oito mil, trezentos e quatorze reais e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O Fundo Estadual de Saúde transferirá os recursos previstos na Cláusula Terceira em favor do MUNICÍPIO em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando a liberação dos recursos do Convênio ocor er em mais de uma parcela, a liberação da parcela seguinte ficará condicionada à apresentação da prestação de contas parcial da parcela anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso os recursos repassados pelo Fundo Estadual de Saúde sejam insuficientes para consecução do objeto deste Termo de Convênio a complementação será aportada ao Convênio como contrapartida do Município e deverão ser depositados e utilizados na mesma conta do Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A primeira parcela após a emissão da Ordem de Serviço e as demais parcelas será liberada de acordo com o Cronograma de Desembolso e o Relatório de Vistoria da Obra.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

A título de obrigações legais, fica estabelecido que:

- O MUNICÍPIO deverá observar as disposições da Lei Estadual nº 15.608/07;
- II. Conforme Resolução nº 028/2011 TCE/PR regulamentada pela Instrução Normativa 61/2011, fica o MUNICÍPIO, dentre outras, obrigado a:
 - a) Prestar Contas por meio do SIT (Sistema Integrado de Transferências) do TCE-PR, onde deverá inserir e manter atualizados todas as informações de sua competência exigidas pelo sistema;
 - b) Garantir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a entidade concedente, além dos servidores do Tribunal de Contas, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
 - c) Movimentar os recursos em conta específica, salvo os casos previstos em lei;
 - d) Prever a Unidade Gestora de Transferências UGT;
- III. É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto leste, exceto ações complementares;
- IV. Não poderão ser pagos, em hipótese alguma, com recursos do Convênio, honorários a dirigente da instituição beneficiada, bem como gratificações, representações e comissões, obedecidas as normas legais que regem a matéria em especial a LC nº 101/2000;
- V. Havendo contratação entre o MUNICÍPIO e terceiros, visando a execução de serviços vinculados ao objeto deste Convênio, tal contratação não implicará solidariedade jurídica à SESA, bem como não configurará vínculo funcional ou empregatício, nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhados;
- VI. É vedada aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
- VII. É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Termo;
- VIII. É vedada a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos.

7



CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A gestão do convênio deve ser atribuída à SESA, e ao Município que a contratou.

I - Compete ao Fiscal do convênio:

- a) Cuidar para que a documentação do convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até a aprovação da Prestação de Contas;
- b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- c) Acompanhar a execução do convênio, responsabilizando-se pela sua eficácia;
- d) Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do convênio;
- e) Controlar os saldos dos empenhos dos convênios ou instrumentos congêneres;
- f) Prestar quando solicitado, informações sobre a execução do convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade;
- g)Controlar os prazos de Prestação de Contas dos convênios bem como efetuar análises e encaminhar ao ordenador de despesa para aprovação;
- h)Manter o Sistema Integrado de Transferências-SIT do TCE/PR atualizando as informações relacionadas à execução do convênio, cumprimento dos objetivos e elaboração do Termo de Fiscalização:
- i) Zelar pelo cumprimento integral do convênio.

II - Compete ao Fiscal da obra:

- a) Esclarecer prontamente as dúvidas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução da obra ou serviços;
- Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto no contrato;
- d) Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos inclusive decidir provisoriamente a interdição da obra ou serviços;
- e) Conferir e certificar as faturas das obras e serviços de engenharia;
- f) Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada a cada visto la ou medição;
- g) Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos construtivos exigíveis para a perfeita execução da obra pela contratada;
- h) Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subempreiteiros, ou próprios subempreiteiros, que a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- Manter a pasta da obra atualizada, com projeto básico, alvará, ART's do CREA e/ou CAU
 referentes aos projetos arquitetônicos e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da
 licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
- k) Vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
- Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na obra;
- m) Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
- n) Emitir parecer técnico nos pedidos de aditivos contratuais;
- o) Verificar a correta aplicação dos materiais;
- Requerer da empresa, testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da obra;
- q) Receber e aprovar o "as built" (como construído", isto é, as anotações e registros nos projetos originais das alterações havidas na execução da obra, quando for o caso, para fins de ordenação do cadastro técnico do órgão contratante como condição de atestar a última fatura;
- r) Compor a Comissão para Recebimento Provisório da Obra, e se designado, a Comissão para Recebimento Definitivo da Obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E ADITIVOS

O presente Convênio terá vigência de 12(doze) meses após assinatura, para cumprimento do Cronograma de Desembolso, Fechamento dos Bimestres, Prestação de Contas Final, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, celebrado de comum acordo entre as partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando necessária a prorrogação de vigência do Convério, a solicitação deverá ser apresentada com antecedência de 60(sessenta) dias do seu término, acompanhada da devida justificativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo máximo de duração do Termo de Convênio, conforme estabelece o art. 6º da Instrução Normativa 061/2011 do TCE/Pr., considerando todas as prorrogações por aditivos, não deverá ultrapassar 48(quarenta e oito meses).

10/







PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO OU ENCERRAMENTO

O presente Convênio será rescindido em caso de:

1) inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível;

2) expressa manifestação de qualquer das partes, através de denúncia espontânea a qual devera ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 30 (trinta) d as, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção;

Em qualquer dos casos acima deverá ser lavrado "Termo de Rescisão ou Encerramento" com as devidas justificavas administrativas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Elege-se o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Convênio.

E, por estarem de acordo, firmam o presente termo, em 03 (três) vias de igual t∈or e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 20 de dezembro de 2017.

Michele/Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde/FUNSAUDE

TESTEMUNHAS:



PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 001/2018 AO TERMO DE CONVÊNIO N.º 051/2017

SIT 35326



TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE/FUNSAUDE, E O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, CNPJ/MF n.º 76 416.856/0001-40, com sede na Rua Piquiri, 170, nesta cidade de Curitiba - Paraná, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Saúde, Antônio Carlos Figueiredo Nardi, portador da Cédula de Identidade/ RG nº 14.111.502-2 e do CPF n.º 061.827.348-41, residente e domiciliado nesta capital, de ora em diante denominada SESA/FUNSAUDE e o Município de Pato Branco inscrito no CNPJ nº 76.995.448/0001-54 com sede na Rua Caramuru nº 271 na cidade de Pato Branco, de ora em diante denominado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Augustinho Zucchi portador da Cédula de Identidade nº 1.735.768 SSP/PR e do CPF nº 450.562.939-20, de acordo com o Processo nº 13.146.148-8, com base na Lei n. º 8666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações impostas, Lei Complementar Federal 101/2000, Lei Estadual nº15.608/07, Lei Orçamentária Anual do Estado, Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, celebram o presente Termo Aditivo mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Convênio nº 041/2017, nos termos da sua Cláusula Sétima.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogada a vigência do Convênio pelo prazo de 12(doze)meses, a partir de 21/12/2018 até 20/12/2019.

Parágrafo Único. O Plano de Trabalho fica alterado quanto ao seu termo final e, se necessário, seu Cronograma de Desembolso, conforme aprovação prévia da autoridade competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo tem por fundamento o art. 142 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no convênio inicial.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O resumo deste instrumento deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura, nos termos do art. 110 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

Por estarem as partes justas e acordadas firmam este Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Antônio Carlos Figueiredo Nárdi Secretário de Estado da Saúde/FUNSAUDE

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF: RG n.º: Augustinho Zucchi Prefeito do Municipio de 2018.

NOME:

Curitiba

RO DO

Publicado no DIOS Nº: 10585 em 16 112/19 Página: 14,15





002/2019 TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 051/2017. PROTOCOLO N.º13.146.148-8, CELEBRADO PELO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNSAUDE, E O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO. TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONVÊNIO.

O Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, CNPJ/MF n.º 76.416.866/0001-40, com sede na Rua Piquiri, 170, nesta cidade de Curitiba - Paraná, neste ato representada pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr.Carlos Alberto Gebrim Preto, portador da Cédula de Identidade/ RG n.º 3.920.482-7 e do CPF n.º 573.820.509-04, nomeado pelo Decreto nº 655 de 22 de fevereiro de 2019, residente e domiciliado nesta capital, de ora em diante denominada SESA/FUNSAUDE.

Município de Pato Branco, CNPJ nº 76.995.448/0001-54 com sede na Rua Caramuru nº 271 na cidade de Pato Branco, neste ato representado por seu Prefeito Augustinho Zucchi portador da Cédula de Identidade nº 1.735.768 SSP/PR e do CPF nº 450.562.939-20, residente e domiciliado na cidade de Pato Branco, e-mail gabinete@patobranco.pr.gov.br, telefone 46 - 3220-1544.

OS PARTÍCIPES celebram este termo aditivo, com fundamento no art. 142 da Lei Estadual n.º 15.608/2007, e estabelecem as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Convênio nº 051/2017, nos termos da sua Cláusula Sétima.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO Fica prorrogada a execução do Convênio pelo prazo de 06(seis) meses, a partir de 20/12/2019 até 20/06/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a execução do Convênio pelo prazo de 06(seis) meses, a partir de 20/12/2019 até 20/06/2020.

Parágrafo Único. O Cronograma-físico financeiro (fls. 203) e o Cronograma de Desembolso (fls. 203) analisado pelo setor competente (fls. 271) e aprovado pela autoridade competente (fls.203), parte integrante do plano de trabalho, fica alterado, bem como o seu termo final, sem alteração das demais disposições do plano de trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo tem por fundamento o art. 142 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no convênio inicial.





CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O resumo deste instrumento deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 110 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

Thun de Aolo Stan Co

Por estarem as partes justas e acordadas firmam este Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Secretario (Seio Piero)

Secretario (Seio Pier

Dr.Carlos Alberto Gebrim Preto Secretário de Estado da Saúde Curitiba, 12/ de dix monde 2019.

Augustinho Zuochi Prefeito do Município

Testemunhas:

NOME/RG CARL

5.076.52

NOME/RG

7(41/12

1

SSPIA





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNSAUDE

Processo: 13.146.148-8

CONVÊNIO Nº 051/2017	SIT 35326

Apostilamento: Alterar a indicação do servidor responsável para acompanhar a execução do convênio – desnecessidade de termo aditivo – alteração que pode ser efetuada por apostilamento.

5° TERMO DE APOSTILAMENTO/2018

Considerando Parágrafo 3º, do Art. 108 e incisos I e II, do Art. 118 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

Resolve:

Pelo presente fica apostilado o Convênio quanto à substituição/indicação do servidor responsável para acompanhar e fiscalizar a execução deste convênio e dos recursos repassados, bem como a forma do acompanhamento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio.

Onde se Lê;

Flavia Costa, CPF nº 050.713.629-29,

Leia-se;

Any Elly Pavan Mezzomo, CPF nº 044.354.319-47.

Curitiba, 26 de janeiro de 2018.

Michele Caputo Neto

Secretário de Estado da Saúde

- 1. Em 26/01/2018
- 2. É o despacho,

Roberto Hartman

Departamento de Prestação de Contas

- 1. Visto;
- 2. De acordo;
- 3. Ao GS

Olavo Gasparin/

Diretor Executivo do/FUNSAUDE



RESOLUÇÃO nº 255/2019 - SESA

Designa servidores da Secretaria de Estado da Saúde para exercerem atividade de Fiscal de Transferências Voluntárias e revoga a Resolução nº 756/2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, usando da atribuição que lhe confere o art. 45, inciso XIV, da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987 e da Constituição Estadual, em seu art. 169, inciso III e considerando,

- a Resolução nº 28/2011 e alterações da Resolução n.º 46/2014 do Tribunal de Contas do Paraná, que dispõe sobre a formalização, execução, fiscalização e a prestação de contas das transferências de recursos financeiros e demais repasses no âmbito estadual e municipal;
- o disposto no Capítulo V da Resolução nº 28/2011, nova redação dada pela Resolução n.º 46/2014 do Tribunal de Contas do Paraná, determinando que, além da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas, a execução do objeto da transferência será fiscalizada pela Concedente, pelo Fiscal Responsável indicado no Instrumento de Transferência, pelo Controle Interno e pelo Tomador de recursos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para exercerem a atividade de Fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização das Transferências Voluntárias, Fundo a Fundo, Contratos de Gestão e outros instrumentos de transferências congêneres de acordo com os preceitos e orientações do Manual do Fiscal 2018, da Secretaria de Estado da Saúde:

1ª Regional de Saúde - Paranaguá

- Antonio Sérgio Matozo CPF 254.299.909-06
- Claudio Carneiro Margarida CPF 650.009.869-20

2ª Regional de Saúde – Curitiba

- Maria Aparecida Assunção de Freitas CPF 563.822.009-72
- Márcia Bernadete G. Pedro Bom CPF 504.535.569-49
- Maristela de Barros CPF 024.803.569-06

3ª Regional de Saúde - Ponta Grossa

- André Luiz Albuquerque Lisboa CPF 318.805,128-07
- Isaias Cantoia Luiz CPF 002.247.708-02
- Jefferson Magno Pereira CPF 587.869.539-15
- Silvana Maggi Schwarz CPF 287.414.209-34
- Ida Hess Wutzki CPF 245.716.010-34
- Luciene Regina Sowek CPF 583.890.679-00





4ª Regional de Saúde - Irati

- Alice Bernadete Slezinski Simioni CPF 648.214.719-49
- Patricia Yumi Corrêa Machado CPF 037.105.339-02

5ª Regional de Saúde - Guarapuava

- Viviane Aparecida de Oliveira - CPF 004.409.059-58

6ª Regional de Saúde - União Vitória

- Dione Schreiner Corrêa CPF 497.968.369-04
- Angela Maria Brzezinski CPF 038.684.819-04
- Maristela Mibach CPF 303.772.349-15

7ª Regional de Saúde - Pato Branco

- Miguel Rotelok Neto CPF 061.314.399-07
- Cristiane Rocha Kaminski Geraldeli CPF 025.437.719-05

8ª Regional de Saúde - Francisco Beltrão

- Leila Baronio de Farias CPF 041.420.849-84
- Elton Pasqualli Nunes CPF 703.151,244-15
- Marcia Perin CPF 044.364.619-80

9ª Regional de Saúde - Foz do Iguaçu

- Edson Antonio Boito CPF 717,535,329-49
- Luciana Alves Soares Tamura CPF 005.815.329-29

10ª Regional de Saúde - Cascavel

- João Vanderlei Knorst CPF 930.783.239-00
- Aparecida Gomes Fleminge Jung CPF 017.272.679-40
- Gabriel Felipe Lago Vieira CPF 085.558.409-29
- Adriana Miguel CPF 022.661.849-89
- Diego Gomes CPF 010.509.641-52
- Willian Gonçalves Carvalho CPF 070.667.219-42
- Silvana Claudia Bueno CPF 751.740.069.04

11ª Regional de Saúde - Campo Mourão

- Leslye Rebecca Fernandes CPF 062.226.209-22
- Grace Kelly Luersen Mendes CPF 982.791.229-15
- Cristina Yurie Sekine CPF 615.396.439-72
- Muriel Regina Vrechchi Davidoff CPF 039.333.589-57
- Marcio Jose Ramos CPF 022.733.549-08
- Maria Sizineide Cavalcante CPF 561.404.369-15

12ª Regional de Saúde - Umuarama

- Aurea Mia Shimamura CPF 085.817.439-05
- Helvécio Medina Junior CPF 740.610.549-53
- Maisa de Oliveira Santos CPF 027.161.709.83
- Matheus Francisco de Carvalho Rosa Soler CPF 056.632.489-00



13ª Regional de Saúde - Cianorte

- Renata Maria Rocha Campos Nagao CPF 032,544,388-25
- Sandra Cristina Lima Vieira Santana de Farias CPF 917.335.619-00
- Silvia Aparecida Mendes Feria CPF 677.176.839-20
- Thais Daiane Ranzoni de Carvalho CPF 045.643.289-21

14ª Regional de Saúde - Paranavaí

- Alzira Suguino CPF 174.772.399-15
- Ailton Benini CPF 366.605.159-68
- Valéria Cristina Dadalto P. de Souza CPF 028.150.849-61
- Priscila Maestri Lehmkuhl CPF 037.135.499-40
- Patricia Okubo CPF 307.358.738 -10
- Jéssica Jorge Francisco CPF 106.320.726-60

15ª Regional de Saúde - Maringá

- Bruna Milagres Ribeiro Tostes CPF 066.308.839-93
- Dirceu Vedovello Filho CPF 622.635.879-34
- Camila Costa de Andrade CPF 065.296.649-71
- Juliocerio de Jesus Lima CPF 383.883.325-20
- Joslei Martins Marin CPF 569.233.689-87

16ª Regional de Saúde – Apucarana

- Edinalva de Moura CPF 030.689.229-41
- Edileuza de Fátima Rosina Nardi CPF 632.544.099-49
- José Schiarolli CPF 206.080.479-53
- Claudinei de Jesus Janjacomo CPF 621.747.209-06
- Stela Maris Lopes Santini CPF 599.251.919-04

17ª Regional de Saúde - Londrina

- Maria Fernanda S. Herthel CPF 044.319.729-60
- Sylviane da Silva Barbosa CPF 041.601.629-40
- Márian Elizabeth Fuzii Okabayaski CPF 752.403.439-34
- Guilherme Rezende Bellintani CPF 021.692.399-95

Hospital Zona Sul - Londrina/PR

- Maura Aparecida Silveira - CPF 857.847.709-00

Hospital Zona Norte - Londrina/PR

- Hermenegildo Lima de Souza - CPF 624.533.359-87

18ª Regional de Saúde - Cornélio Procópio

- Eliana de Fatima Catussi Pinheiro CPF 435.940.269-49
- Vânia Cecília Rabelo CPF 042.416.259-83

19ª Regional de Saúde – Jacarezinho

- Lucas Xavier Fernandes Martins CPF 058.925.529-00
- Pedro Henrique de Assis CPF 075.683.029-03
- Antônio Henrique Mariano CPF 719.677.619-49
- Silvia Souza de Assis Juliano CPF 954.752.149-72





20ª Regional de Saúde - Toledo

- Rhonicler Antonio Wurmeister CPF 940.579.239-34
- Alberi Locatelli CPF 512.844.139-34
- Andriele Roberta Gerardi CPF 056.170.029-02
- Fernanda Birk CPF 066.617.659-09
- Rafael Osmar Rios CPF 010.190.919-59
- Juliany Cabral Tochinski CPF 089.203.839-01
- Fábio Molina CPF 022.382.889-02
- Simone Salete Longo Zelonh CPF 059.546.209-03
- Edla Samara Willmsen Batista CPF 063.273.529-52
- Katheli Mayumi Hino do Nascimento CPF 048.705.449-03
- Marcio Jose da Silva e Souza CPF 865.499.959-49
- Paulo Roberto Stoef CPF 052.485.419-05
- Vania Frigotto CPF 034.778.289-25
- Allan Chystian Souza Moreira CPF 092.733.729-02

21ª Regional de Saúde – Telêmaco Borba

- Gilcele Alvez da Silva Loureiro CPF 547.405.769-53
- Rodolpho Roger Friedrich Alves CPF 067.596.639-69

22ª Regional de Saúde - Ivaiporã

- Helio Giovano Flor CPF 307.005.669-53
- Marcos Antonio da Silva Ferreira CPF 061.433.299-07

Escola De Saúde Pública Do Paraná

- Airam Oliveira da Rocha Guazelli de Jesus - CPF 489.026.679-87

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se a Resolução nº 756/2018.

Curitiba, 13 de maio de 2019.

Assinado eletronicamente

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto (Beto Preto)

Secretario de Estado da Saúde



Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

Protocolo

45166/2019

Titulo

Resolução SESA nº 255/2019

Órgão

SESA - Secretaria de Estado da Saúde

Depositário

RAQUEL STEIMBACH BURGEL

E-mail

RAQUEL@SESA.PR.GOV.BR

Enviada em

17/05/2019 09:37

Diário Oficial Executivo

Secretaria da Saúde

Resolução-EX (Gratuita)

255.19.nf 119,93 KB

Data de pub∮cação

20/05/2019 Segunda-feira

Gratuita

Diagramada

17/05/19 10:01

Nº da Edição do Diário: 10439

Histórico

TRIAGEM REALIZADA





PROJETO DE LEI Nº 59/2020

Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2020, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa Especificação		Valor R\$
0043	Manutenção da Saúde	1.000.000,00

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

Ação	Especificação					Valor R\$
2.333	Implantação e Zoonoses	Manutenção	do	Centro	de	1.000.000,00

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a criar nova Ação, abrir nova Fonte e abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$		
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
08.04	VIGILANCIA EM SAUDE			
10	Saúde			
10.304	Vigilância Sanitária			
10.304.0043	Manutenção da Saúde			
2.333	Implantação e Manutenção do Centro de Zoonoses			
4.4.90.51 - 353	Obras e Instalações	1.000.000,00		

2	
Total	1.000.000,00

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
353 - Construção Centro de Zoonoses - Convênio 051	1.000.000,00
Total	1.000.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



SECRETARIA DE GABINETE LEI Nº 5.507, DE 27 DE ABRIL DE 2020

LEI Nº 5.507, DE 27 DE ABRIL DE 2020

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do periodo 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor RS	
0043	Manutenção da Saúde	1.000.000,00	

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor RS	
2.333	Implantação e Manutenção do Centro de Zoonoses	1.000.000,00	

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a criar nova Ação, abrir nova Fonte e abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor RS
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.04	VIGILANCIA EM SAUDE	
10	Saúde	
10.304	Vigilância Sanitária	
10.304.0043	Manutenção da Saúde	
2.333	Implantação e Manutenção do Centro de Zoonoses	
4.4.90.51 - 353	Obras e Instalações	1.000.000,00
Total		1.000.000,00

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor RS
353 - Construção Centro de Zoonoses - Convênio 051	1.000.000,00
Total	1.000.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI Prefeito

> Publicado por: Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini Código Identificador:17D35BC7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/04/2020. Edição 1999 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



SECRETARIA DE GABINETE DECRETO N° 8.672, DE 17 DE ABRIL DE 2020

DECRETO Nº 8.672, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Abre Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.507, de 27 de abril de 2020, D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor RS
0043	Manutenção da Saúde	1.000.000,00

Art. 2º Fica criada ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor RS	
2.333	Implantação e Manutenção do Centro de Zoonoses	1.000.000,00	

Art. 3º Fica criada nova Ação, aberta nova Fonte e aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor RS
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.04	VIGILANCIA EM SAUDE	
10	Saúde	
10.304	Vigilância Sanitária	
10.304.0043	Manutenção da Saúde	
2 333	Implantação e Manutenção do Centro de Zoonoses	
4.4.90.51 - 353	Obras e Instalações	1.000.000,00
Total	•	1.000.000,00

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
353 - Construção Centro de Zoonoses - Convênio 051	1.000.000,00
Total	1.000.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI Prefeito

> Publicado por: Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini Código Identificador:37D574BE

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/04/2020. Edição 1999 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/

PUBLICAÇÕES LEGAIS

B5 Edição nº 7626

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANA LEI Nº 5 506, DE 77 DE ABRIL DE 2020

A Camera Municipal de Pato Branco. Estado do Paraná, aprovio e eo. Profeito, asecciono a seguinte Lei.

Minicipal de Camera de Camera de Municipal de Tecepalo, e la pública que figa a Avenida Tupi a Rua Mondo. Per Parano Sociula Municipal de Pato Branco Parano.

Mento Per Parano Social de Municipal de Pato Branco Parano.

Art. 2º Esta de certa en vigor est disti de sua públicação.

Galandes de Predeta. 2º de sua rela de 2003.

AUGUSTIN-10 ZUCCHI Profeto

MUNICIPIO DE PATO ERANCO - ESTADO DO PARANÁ LEIN: \$ 507, DE 27 DE ABRIL DE 2020

A Cárcara Municipal de Pala Branco, Estado do Parant, aprovio e eu, Profeto, sanciono a seguinte Lei.

A 1 1-Austra o Erecutivo Municipal albama e Programa de Lein* 5 033/2017 e albanções posteirose de PPA (Piero Putrimus) do período 2010/201, conformá seque.

Fronzama Valor 61

GO-4 Manufarção da 553/50 1000/201.

A1.2º Adorca o Escotivo Municipal a oriar aglio na Lei nº 5,300,2019 e altemptes oris de LOO (Lei de Destricte Organisations) do escricio de 2000, conforme seque. Valor RE Especificação : Valor RE Implantação e Minutenção do Centro de Zonceses 1,000,000,000.

1000 000 00

Art. 4º Para cobertura do presente Crédio Especial será utilizado os recursos de por so de Amecadação de Forte de Recurso Vinculada, assim especificada. Excesso de Amecadação de Fonte de Recurso Vinculada las Fonte 1931 - Construção Centro de Zocnoses - Convênto 651 Total

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeto. 27 de abril de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI Firefeito

MUNICIPIO DE PATO ERANCO - ESTADO DO PARANÁ DECRETO Nº 8 472 DE 17 DE ABRIL DE 2020

Abre Crédita Especial no exercicio de 2029 no valor de R\$ 1 000 000 00 (um miPilo de resis)

O Prefets de Pairo Branco, Estado do Pramá, no seo das atribuções que Pe são conferidas pelo est 47, miso 2001, de Lei Orgánia Municipal e com biene na Lei nº 5.575, de 27 de são!

OCCRETA

OTRA PECA siberado o Programa da Lei nº 5.503/2017 e abrações posterioras do PPA
(Plano Paraman) do por 005/201/2018, conferen seque.

Especificado III. Phone of the control Art. 2º Fica criscia aplas na Lei nº 5380/2019 e alteraples posteriores da LDO (Lei de prentinas) do exemplos de 2020, conforme seque.

Art. If Fice orada nova Ação, abeta nova Forês e abeta no Organerio Gerál do Municipo de Pato Erinco, Estado do Pirami. Crédos Especial por Escesso de Amesasyab de Forte de Recurso Viroulada no valor de R\$ 100 000 00 (um m. Hão de reais) na dissificação funcional programática atánico. (2509) [Especificação Valor R\$ 0 (0) (0) (um mit do de reas) na classificaçã Especificação SECRETARIA MUNICIPAL DE SALDE VIGILANDIA EM SALDE Virgulada Código C8 C8 C4 Wide AVCA EM S NODE 5 93 de Vigitanda Sanitaria Manutanda da Saúde Haplanda a Manutanda do Centro de Zionnosea Córsa e Instalações 10 10 304 10 304 0043 2 333 4 4 90 51 - 353 Total Art. 4º Para debetura do presente Crédito Especial será utilizado de recursos de por so de Amecadação de Forte de Recurso Vinculada azam especificada.

Valor RE

Fonte 353 - Construção Centro de Zoonases - Convinto (51 Total Art. S' Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeto, 27 de abril de 2020

AUGUSTINHO ZUCCHI Pizfeto

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

PREFEITIRA MUNICIPAL DE HONORIO SERPA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2020
O Municipio de Honério Serpa torna público que fará realizar, às 09.00 horas
do día 01 de junho do ano de 2020, na Sala de licitações, Rua Elpidio dos
Santos, nº 541 em Honifório Serpa - Pr , Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA,
sob regim de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e
sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Ouspridada e. Prazo de

Quantidade e Prazo de unidade de medida execução Local do objeto Objeto Pavimentação em Perimetro Urbano 6.180.00 m³

Perimetro Urbano Pavimentação em 6.180,00 m³ 150 dias A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário connectal, ou solicitada através do e-mail leitacaopmonorfoserpas granilcom. Informações adicionais, dividas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefore (46) 32451130.

Honório Serpa, 28 de abril de 2020.

Elisangela Macagnan Presidente da CPL

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2020

O Municipo de Chopiranho, estado de Parral, inscrito no Cadisho Nacional de Pessoa Juridica do Ministério da Fazenda sob o n° 78 955 41 47001 60, com sode na Ria Miguel Pricopio Kurpel, n° 1 3.611, toma pública que fina seultare das 08/30/min do dia 30.01/2003, às 08/30/min, 42 1255/2003 às 1 10/30/min, CHAMDA PUEUICA, para fina de orderinamento de financiores de Gliesso Almenticios da Agricultura Familiar e do Emprendedor Familiar Rural para Atimentopia Escolar, destinado ao attendemento ao Programa Riscord de Almentaliga Escolar PSECP. Prizzo de formecimento 06 (1453) mestas, contados da sistinátiva do contrata formecimento de Companya de Cadis de Cadis pode de la contrata companya de Cadis de Cadis de Cadis de Cadis pode de Cadis de Cadis de Cadis de Cadis 23/22—56/4.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

HOMOLOGAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020. OBJETO: reforma do barbeiro masculino da Escola Municipal Bairro Planulio - CAIC, com 45,00 m², localizados no Municipio de Pato Branco - PR, cun atendimento as necessidades das Secretarias Municipals de Educação e Cultura e de Engerharia e Obras, para e empresa: CUILAR CONSTRUÇÕES ERFELI, CNPI nº 28.41.1714 (2011-83, com o valor global de 38.403,32. Pato Branco, 24 de abril de 2020. Augustirho Zucchi - Prefeito:

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

Extrato Contrato nº 50/2020/GP. Tomada de Preços nº 03/2020,
Processo n° 22/2020. PARTES: Município de Pato Branco e
CIVILAR CONSTRUÇÕES EIRELI - ME. OBIETO: a reforma do
banheiro masculino da Escola Municípia Bairro Planalto - CAIC,
com 45,00 m², localizados no Município de Pato Branco - PR, em
atendimento as necessidades das Secretarias Municípals de
Educação e Cultura e de Engenharia e Obras. VALOR: R\$
38,409,32. PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 días. PAGAMENTO: será
efetuado conforme Cronograma Fisico/Financeiro aprovado.
DOTAÇÃO: 07.02 Secretaria Municípal de Educação e Cultura -
Departamento Administrativo. 123610039,1-011000 Construir,
Reformar, Ampliar e Gerenciar Unidades Escolares.
4.4.90,51.01.05.00 Obras e Instalações - Escolas/Colégios. Despesa
nº 1388. Desdobramento nº 6631. GESTORA: Secretária
Municípal de Educação e Cultura, Heloí Aparecida de Carli,
matrícula 11035-3. Augustinho Zucchi - Prefeito. Camila Regina
Cattuci - Representante Legal.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Atas de Registro de Preço. Pregão Eletrônico número 19/2020, Processo nº 48/2020. OBIETO: Implantação de registro de preços para contratação de empresa especializada na execução de sondagens de solos a percussão pelo método SPT (Standart Penetration Test) e sondagem rotativa em diversos locais do Muntcípio, atendendo as necessidades da Secretaria muntcipal de Engenharia e Obras (SEO). VIGENCIA: 12 meses. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: A solicitação dos produtos, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade, e será formalizada através. Nota de Empenho, nas quantidades rola determinadas. A contratada terá um para o da dé 10 dias, após o recebimento da Nota de Empenho, para efetuar a entrega dos produtos solicitados, no local informado pela contratada terá um para do afé 10 dias, após o recebimento do Nota de Empenho, para efetuar a entrega Nota de Empenho, emitida pelo Mundcípio, através da Secretaria Mundcípial de Engenharia e Obras - SEO. Após o recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Serviço, a empresa contratada terá um prazo de 10 dias para iniciar o serviço. O pazo da execução dos serviços deverá ser no período entre 7 dias e no máximo 30 dias. DOT. ORC: Diversas conforme atas. CESTOR: Secretário Mundcípia de Engenharia e Obras. Ata de Registro de Preço nº 171/2020, Partes: Mundcípio de Pato Branco e Manoel Gustavo Gomes dos Santos - ME com o valor total de R\$ 73.094,80. Pato Branco, 27 de abril de 2020, Augustiebo Zucchi – Prefeito.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO N.º 19/20/20. OBJETO: implantação de registro de preços para contratação de empresa especializada na execução de sondagens de solos a percussão pelo método SPT (Standart Penetration Test) e sondagem rotativa em diversos locals do Município, atendendo as necessidades da Secretaria Municípia de Engenharia e Obras, para empresa: MANOEL GUSTAVO GOMES DOS SANTOS - ME, CNPI aº 02/901.251.0001-72, com o valor total de RS 73.094,80, Pato Branco, 27 de abril de 2020. Augustinho Zucchi - PREFEITO.

STRUIT A DE RECUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENCA DE OPERAÇÃO

Conérco de Insumos Agricolas Lida tuma publico que <u>intrepueste</u> ao VIP, a Renovação da Licença esgalo para Conércio atacadida de defensivos agricolas, adubos, fertizantes **e** cometivos do stalada na na Staziak, 44 - Contro

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Turim Insumos e Cereais Ltda toma público que <u>irá requerer</u> ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Comércio atacadista de matérias-primas expricidas não especificadas anteriormente instalada na Rodovía PRT 280 Km 247 -, 000 - Lote 104 B1 -















Mensagem nº 41/2020

Ementa: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

(Criação de nova ação, nova fonte e abertura de Crédito Especial no Orçamento Geral do Município no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, junto a Secretaria Municipal de Saúde, recebido através de convênio firmado entre o Município de Pato Branco e a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, através do Termo de Convênio nº 051/2017 para construção da Unidade de Vigilância de Zoonoses de Pato Branco. A unidade de Vigilância de Zoonoses será composta por Blocos bem definidos. O Primeiro, "Bloco 1", será composto por três áreas, sendo a primeira de acesso publico, a segunda de acesso exclusivo para funcionários e a terceira de acesso restrito, que poderá ter acesso público se for convidado. No Bloco - 1 são projetados os ambientes que no dia a dia tem um fluxo intenso de serviços e atendimento ao público, local geograficamente estratégico no município, que facilita o acesso ao público, à rede cabeamento lógico e de Internet, e sem dúvida o imediato atendimento. O segundo, "Bloco - 2", não fará atendimento ao público e será de uso exclusivo em casos especiais para contenção de animais suspeitos, os quais possam necessitar de isolamento e observação. A sala de vacina é exclusiva para os animais suspeitos que não evoluírem para doença-óbito. O valor total previsto no convênio está previsto em R\$ 1.328.314,05 (um milhão trezentos e vinte e oito mil, trezentos e quatorze reais e cinco centavos) sendo necessário a contra partida do município no valor de R\$ 328.314,05 (trezentos e vinte e oito mil trezentos e quatorze reais e cinco centavos).

Autor: Prefeito Augustinho Zucchi

Protocolo: 797/2020 Data de entrada: 15 de abril de 2020

Leitura em Plenário: 15 de abril de 2020

Comissão de Orçamento e Finanças

Distribuído em: 16 de abril de 2020 Relator: Carlinho Antonio Polazzo - DEM

Data Anexação do Parecer Favorável: 17 de abril de 2020

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 22 de abril de 2020 - Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo - DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - PSD, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 27 de abril de 2020 - Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo - DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - PSD, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 169/2020/DL, de 27 de abril de 2020.

SANÇÃO: Lei nº 5507, de 27 de abril de 2020. Decreto nº 8672, de 27 de abril de 2020.

PUBLICAÇÃO: Publicados na página B5 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7626, de 29 de abril de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/4/2020. Edição nº 1999.

